

Publicado e registrado na mesma data supra de accordo com original que bem e fielmente aqui transcrevi.

Jose Bruno de Camargo Secretario intimo

Lei nº 193 de 10 de Janeiro de 1929.

Que cria o imposto para o mercado ambulante de aguardente e estabelece medidas sobre o lançamento dos mercadores ambulantes de cereaes.

Raymundo Monato Leite, Prefeito Municipal de Piedade. E. de S. Paulo etc.

Faco saber que a Camara Municipal em Sessão ordinaria de 10 de Janeiro decretou e em promulgo a seguinte Lei:

Art 1º - O vendedor ambulante de aguardente de canna que nesta cidade e municipio negociar por conta propria ou de terceiros, fica sujeito ao imposto annual de ----- 100\$000.

§ Unico - Ficam isentos deste imposto os fabricantes de aguardente estabelecidos dentro do municipio.

Art 2º - Os negociantes ambulantes de cereaes, de capados, aves, ovos, leitões e cabritos, serão lançados annualmente em um livro especialmente destinado para esse fim.

§ 1º - O lançamento a que se refere o presente artigo, será feito nos primeiros dias do mez de Janeiro de cada anno, o respectivo aviso expedido até o dia

15 do mesmo mes.
§ 2º - O prazo para reclamações será até o dia 31 do mesmo mes acima referido e findo esse prazo a pessoa a quem foi expedido aviso será considerada negociante ambulante e nesse caso sujeito ao imposto previsto no art 14º da Lei nº 192 de 20 de Outubro de 1928.

Artº 3º - Revogam-se as disposições em contrario.
O Secretário a fazer publicar e registrar
Secretaria da Prefeitura Municipal de
Piedade em 10 de janeiro de 1929.

Raymundo Norato Leite, Prefeito Municipal
Jose Bruno de Camargo Secretário int.
Publicada e registrada na mesma data
supra de acordo com o original que
vim e fielmente aqui transcrevi.
Jose Bruno de Camargo Secretário int.

Lei nº 194 de 16 de Fevereiro de 1929.

Que auctora o Poder Exe-
cutivo a dispendes até
a quantia de 1.000\$000 an-
nualmente a lingo de tiro.

Raymundo Norato Leite, Prefeito Mu-
nicipal de Cidade. E. de S. Paulo etc.

Faco saber que a Camara Munici-
pal em sessão extraordinaria de 16 de
Fevereiro decretou e em promulgo a seguin-
te Lei:

Artº 1º Fica o Poder Executivo auctorizado a
dispendes até a quantia de 1.000\$000